



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 281, DE 2006

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo, nº 127, de 2006, (nº 1.545/2004, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Ucrânia, celebrado em Brasília, em 21 de outubro de 2003.

RELATOR: Senador JEFFERSON PÉRES

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 727 de 28 de outubro de 2004, submete ao Congresso Nacional *o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Ucrânia, celebrado em Brasília, em 21 de outubro de 2003.*

O Acordo foi apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, onde também foi objeto de exame pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha o ato internacional sob exame, Exposição de Motivos do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, da qual cumpre destacar o que segue:

Trata-se de importante instrumento da cooperação jurídica entre o Brasil e a Ucrânia, que permite tornar mais eficaz o combate ao crime, e em especial ao crime organizado transnacional. Incorpora, ademais, modernos instrumentos jurídicos, como o sistema de Autoridades Centrais, que fixa, nos Ministérios da Justiça de ambos os países signatários, o ponto focal para a tramitação dos pedidos de extradição, o que permite tornar mais ágil o atendimento às solicitações de extradição. Representa, por fim, o aprofundamento das relações jurídicas com aquele país da Europa do Leste.

II – ANÁLISE

Como se depreende da Exposição de Motivos do Senhor Ministro das Relações Exteriores acima referida, o Acordo em tela corresponde a valioso instrumento da cooperação entre Estados, prevenindo a impunidade e colaborando eficazmente com o combate ao crime organizado, especialmente insidioso em Países como o Brasil e a Ucrânia, haja vista os imensos problemas sociais e econômicos que possuem.

Portanto, como ato internacional bilateral vocacionado a prover a cooperação judiciária interestatal, o presente Acordo firmado com a Ucrânia é de grande interesse e conveniência aos interesses nacionais, em prol da otimização da cooperação judiciária bilateral e da prevenção da impunidade.

Tem-se como assente ser, modernamente, a cooperação judiciária entre Estados a forma mais eficaz de combate ao crime organizado, ferramentas com o instituto da extradição se constituindo como uma de suas mais valiosas.

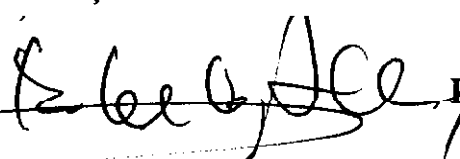
No que concerne à Ucrânia, trata-se de importante e emergente País oriundo do desmembramento da ex-União Soviética, com o qual possuímos laços substanciais, derivados da presença de significativo contingente de emigrantes e de seus descendentes, especialmente no Estado do Paraná.

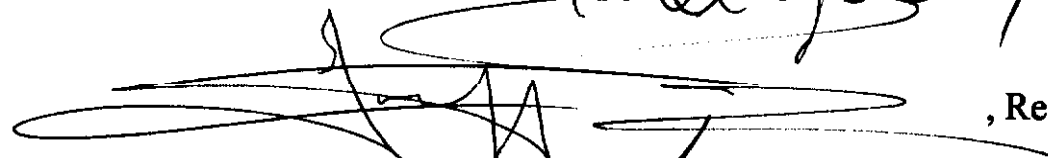
É importante para nossa política externa que se busque sempre incrementar as relações bilaterais com a Ucrânia, potencial parceira do Brasil em fóruns multilaterais, como, por exemplo, nas difíceis negociações comerciais internacionais, como as que são levadas a cabo na Organização Mundial do Comércio.


III - VOTO

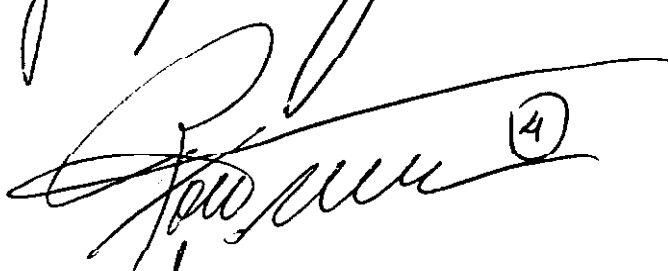
Com base no exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2006 (PDC nº 1545, de 2003, na origem), que *aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Ucrânia, celebrado em Brasília, em 21 de outubro de 2003.*

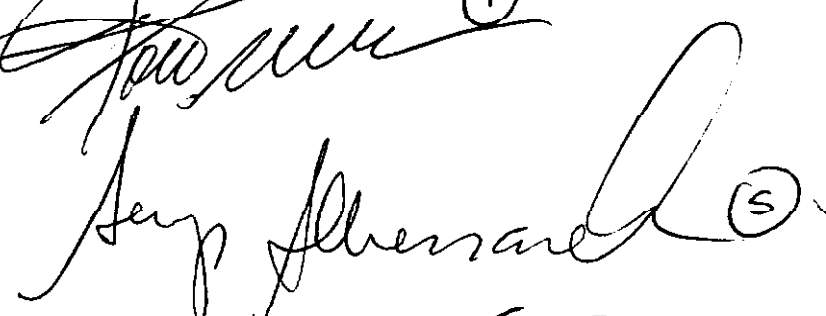
Sala da Comissão, 23 de março de 2006.


 Presidente ①

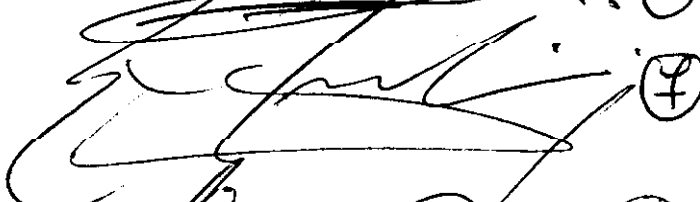
 , Relator ②


 ③

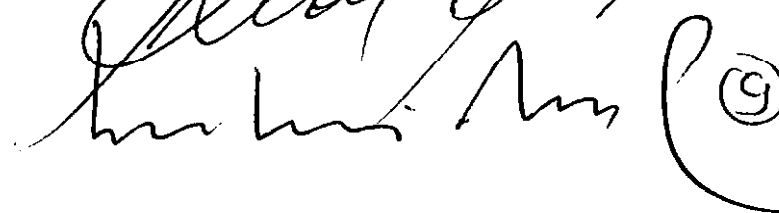
 ④


 ⑤

 ⑥

 ⑦

 ⑧

 ⑨

 ⑩

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

**ASSINARAM O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 127, DE 2006,
OS SEGUINTESENADORES:**

- 1. ROBERTO SATURNINO, PRESIDENTE**
- 2. JEFFERSON PÉRES, RELATOR**
- 3. JOSÉ AGRIPINO**
- 4. ROMEU TUMA**
- 5. SERYS SLHESSARENKO**
- 6. MOZARILDO CAVALCANTI**
- 7. SÉRGIO ZAMBIASI**
- 8. ÁLVARO DIAS**
- 9. MARCO MACIEL**
- 10. EDUARDO SUPPLY**

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 30/03/2006